

# Ensino de histórias do possível sobre as mulheres na “pré-história”: livro didático, representações de gênero e modos de subjetivação

*Teaching Stories of the Possible about Women in “Prehistory”:  
Textbook, Gender Representations and Modes of Subjectivation*

Susane Rodrigues de Oliveira\*

---

## RESUMO

Partindo da análise de representações de gênero construídas sobre a “pré-história” no livro didático *Oficina de História*, aprovado no PNLD de 2018 para o Ensino Médio, o artigo discute os modos de subjetivação nas narrativas sobre sexualidade e divisão sexual do trabalho nos períodos Paleolítico e Neolítico. Enfatizando a necessidade de “desconstrução” dessas representações no ensino de História, aborda ainda uma série de evidências arqueológicas que desafiam as suposições sobre a inferiorização e dependência das mulheres nesses períodos. Tais evidências endossam as histórias do possível que permitem questionar a concepção das desigualdades de gênero como princípios naturais da “evolução” humana e da organização social, favorecendo o reconhecimento da historicidade e pluralidade das concepções e relações de gênero no tempo, bem como a desnaturalização de discursos e práticas

## ABSTRACT

Starting from the analysis of gender representations built on “prehistory” in the textbook *Oficina de História*, approved in the 2018 PNLD for High School, the article discusses the modes of subjectivation in narratives about sexuality and the sexual division of labor in the Paleolithic and Neolithic periods. Emphasizing the need to “deconstruct” these representations in History teaching, it also addresses a series of archaeological evidence that challenges assumptions about the inferiority and dependence of women in this periods. Such evidence endorses the histories of the possible that allows questioning the conception of gender inequalities as natural principles of human “evolution” and social organization, favoring the recognition of the historicity and plurality of gender conceptions and relations in time, as well as the denaturalization of discourses and practices that educate for the

---

\* Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. susanero@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0003-3139-6231>>

que educam para a normalidade e continuidade da dominação heteropatriarcal.  
Palavras-chave: Gênero; Pré-História; Livro didático.

normality and continuity of heteropatriarchal domination.  
Keywords: Gender; Prehistory; Textbook.

---

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

(FOUCAULT, 1996, p. 44)

A coleção didática *Oficina da História*, publicada pela editora Leya e aprovada no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018 para o Ensino Médio, fornece-nos aqui uma amostra bastante representativa de narrativas sobre a “pré-história”<sup>1</sup> onde o heteropatriarcado e a divisão sexual do trabalho são apontados como princípios da evolução dos hominídeos e seres humanos. Ao promover uma série de representações de gênero<sup>2</sup> que universalizam e naturalizam as origens da heterossexualidade, das desigualdades entre homens e mulheres e, especialmente, da fragilidade e dependência das mulheres em relação aos homens, tais narrativas históricas suscitam-nos uma análise e discussão de seus limites, problemas, potencialidades pedagógicas e modos de subjetivação (construção de sujeitos e subjetividades) no ensino de História, tendo em vista a promoção de uma educação para a igualdade de gênero e a prevenção à violência contra as mulheres.

Desde o século XIX, como bem observou Choppin (2004, p. 553), os livros didáticos assumiram um importante papel político, como parte dos vetores de difusão da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes, tornando-se instrumentos privilegiados de construção das identidades. Ao difundir uma “série de representações”<sup>3</sup> que nomeiam, descrevem e atribuem valor, significado, identidade, classificação e importância aos sujeitos e suas ações na vida social”, esses livros promovem saberes que podem “servir de guias, referências ou modelos para legitimar ou justificar nossos projetos, escolhas, condutas, relações sociais e modos de ser” (OLIVEIRA, 2019a, p. 469-470). É nessa perspectiva que assinalamos a importância dos livros didáticos de História como parte dos dispositivos de subjetivação<sup>4</sup> (FOUCAULT,

1984) que interpelam ou afetam as pessoas nos processos de produção de suas subjetividades. Os dispositivos, através de uma série de práticas, normas, leis, instituições, saberes, representações e discursos, incidem nos processos de subjetivação, pela “capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2005, p. 13).

Nessa perspectiva, consideramos que os livros didáticos de História, além de guias curriculares e metodológicos de ensino, são espaços de repetição e reiteração de determinadas representações de gênero, constitutivas dos dispositivos de subjetivação que atuam no nível do corpo, com o poder de orientar, influenciar ou determinar os modos de ser e estar dos sujeitos em sociedade. Assim, ao exibir representações de feminilidades e masculinidades nas memórias e discursos sobre os modos de ser em épocas passadas, indicando ou reafirmando as identidades possíveis para homens e mulheres no tempo, tais livros engendram modelos ou referências identitárias com os quais os/as estudantes podem se identificar ou se posicionar na vida social.

Não por acaso, os dispositivos de naturalização das desigualdades de gênero se apoiam também nas memórias e histórias que enraízam esse fenômeno em tempos longínquos, reiterando sua continuidade e normalidade através dos tempos.<sup>5</sup> Assim também o destaque e a repetição das representações de um modelo de masculinidade hegemônica (branca, heterossexual, viril, superior, agressiva e dominante), nas histórias que circulam nos livros didáticos, constituem esses dispositivos ao fixar na memória a universalidade, a constância e a inevitabilidade da violência e dominação heteropatriarcal (OLIVEIRA, 2019a; OLIVEIRA, 2019c). Afinal, se a História diz que “sempre foi assim, o homem dominante e a mulher dominada”, encerram-se as possibilidades de existência de outras performances de gênero, ou seja, de outros modos de subjetivação que permitam romper com as hierarquias e relações de poder que inferiorizam, excluem, oprimem e maltratam as mulheres no presente.

É nessa perspectiva que elegemos como objeto de estudo e discussão as representações de gênero nas narrativas didáticas sobre a “evolução” dos hominídeos e seres humanos nos períodos do Paleolítico e Neolítico, presentes no primeiro volume da segunda edição da coleção *Oficina da História*, de autoria de Flávio Campos, Júlio Pimentel Pinto e Regina Claro, publicada em 2016 e aprovada no PNLD de 2018.<sup>6</sup> Por se tratar de uma coleção aprovada no PNLD de

2015 e 2018, antes da reforma do Ensino Médio, ressaltamos a sua importância não só como fonte para a história da educação no Brasil, enquanto aspecto constitutivo do patrimônio histórico-educativo desse período (OSSENBACH, 2010, p. 119), mas também como fonte privilegiada para o estudo da cultura histórica da época, por permitir o conhecimento das formas como nos relacionamos com o passado em nossa sociedade (LE GOFF, 1992, p. 48).

As condições de produção e os critérios de aprovação dessa coleção didática no PNLD revelam-nos os interesses, perspectivas e demandas sociais que gravitavam em torno das políticas curriculares da época. Em 2015, o edital do PNLD de 2018 para o Ensino Médio estabelecia, dentre seus princípios, que as obras didáticas submetidas à avaliação deviam:

- 1.1.1. promover positivamente a *imagem da mulher*, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, reforçando sua visibilidade e protagonismo social;
- 1.1.2. abordar a *temática de gênero*, visando à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao *combate à homo e transfobia*;
- 1.1.3. proporcionar o debate acerca dos compromissos contemporâneos de *superação de toda forma de violência*, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher. (BRASIL, 2015, grifos no original)

Tais princípios, produzidos em conformidade com as demandas dos movimentos feministas e de mulheres sobre os currículos escolares, representam uma conquista fundamental para a implementação e fortalecimento da educação para a prevenção à violência contra as mulheres no Brasil. Por meio do PNLD, o Estado assumia assim um compromisso educacional importante de superação da violência contra as mulheres e da “violência correlata” às relações étnico-raciais, ao preconceito e à discriminação racial<sup>7</sup> (BRASIL, 2015, p. 32).

Diante dessas prescrições, a Guia digital do PNLD de 2018, um documento oficial disponibilizado com o objetivo de orientar a escolha das coleções didáticas pelas escolas públicas brasileiras, avaliou que a coleção *Oficina da História* tratava com “cuidado” o “papel das mulheres em diferentes contextos históricos, das questões de gênero e das transformações na família”.<sup>8</sup> Porém, na leitura que fizemos de suas narrativas sobre a “pré-história”, observamos

certos problemas, particularmente, no tratamento das relações de gênero, das mulheres e da divisão sexual do trabalho nesse período. Compreendemos que as formas de inclusão da imagem das mulheres, da temática de gênero e dos debates voltados para a superação da violência contra as mulheres nos livros didáticos dependem não só do modo como as prescrições oficiais são interpretadas, mas também de um sistema de representações, valores e discursos que não é facilmente atingidos pelos processos oficiais de regulamentação e avaliação dos livros didáticos no Brasil. Nesse sentido, ressaltamos que nossas análises do livro didático não têm a pretensão de apontar “erros” ou “acertos” em seus conteúdos, como se fosse possível existir um “livro didático ideal” que pudesse solucionar todos os problemas do ensino, substituindo o trabalho dos docentes. Como bem disse Circe Bittencourt, “o livro didático possui limites, vantagens e desvantagens como os demais materiais dessa natureza e é nesse sentido que precisa ser avaliado” (2009, p. 300-301). Por isso mesmo, chamamos atenção para a importância da ação docente na problematização desses materiais, sobretudo no debate e “desconstrução” de suas narrativas em sala de aula, a fim de proporcionar um ensino de História mais crítico e reflexivo sobre as memórias e histórias que circulam em nossa sociedade.

Ao desvelar as representações de gênero, seus sentidos, interesses, valores, discursos e modos de subjetivação nas narrativas sobre a “pré-história”, veiculadas na coleção *Oficina da História* (CAMPOS, PINTO, CLARO, 2016), propomos para o ensino de História um exercício de “desconstrução”, pautado na exposição da historicidade de representações que forjam verdades universais e inquestionáveis sobre as identidades e relações humanas através dos tempos. Essa desconstrução não implica, portanto, em um exercício didático destrutivo, intempestivo ou niilista, mas em um movimento do “pensar como aconteceu, como se faz alguma coisa que não é natural: uma cultura, uma instituição, uma tradição [...]” (DERRIDA, 2004, p. 308). Assim, propomos desnaturalizar relações, comportamentos, sentimentos, práticas e representações históricas que venham a estatuir-se como universais nas formas de narrar e ensinar História; apontando a “falácia das hegemonias, a ilusão da univocidade, os mecanismos que engendram suas próprias condições de produção, interpretação, imaginação” (NAVARRO-SWAIN, 2006, p. 120).

Para a “desconstrução” das representações de gênero identificadas no livro didático em questão, apresentamos outros saberes e evidências arqueoló-

gicas que podem contribuir na inovação do ensino sobre as relações de gênero e a atuação das mulheres na “pré-história”, indicando possibilidades para o tratamento do tema das “origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização” (BRASIL, 2018, p. 420), prescrito atualmente pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de História para o 6º ano do Ensino Fundamental.

Embora a coleção *Oficina da História* não esteja mais em uso nas escolas brasileiras, desde as alterações curriculares impostas pela Reforma do Ensino Médio, as suas narrativas analisadas neste artigo são exemplos significativos da cultura histórica ainda vigente no Brasil sobre as mulheres e as relações de gênero na “pré-história”. Nesse sentido, tomamos suas narrativas como ponto de partida para a “desconstrução” de concepções que ainda permanecem nos livros didáticos de História. Como bem observou Lolita Guerra, na análise de nove livros didáticos de História aprovados no PNLD 2020 para o 6º ano, as representações da divisão sexual do trabalho ainda estão presentes, sustentando a maternidade como principal atividade desempenhada pelas mulheres. Segundo a autora, essa “convenção não aparece no material escolar por meio de alusões a achados e sítios arqueológicos específicos, mas de associações que correspondem a modelos de Pré-história formulados nos séculos XIX e XX” (GUERRA, 2021, p. 1). Tais livros demandam, portanto, questionamentos, reavaliações e inclusão de novos dados, sobretudo pelo uso indiscriminado das teorias sobre a evolução e pela ausência de dados concretos sobre a “pré-história” das mulheres. Como bem conclui Guerra, esses livros contribuem

[...] para a construção de uma imagem mitificada tanto da Pré-História quanto das mulheres na Pré-História. Esses mitos não estão lá, no passado, mas formulam as nossas concepções sobre como as mulheres devem ser no presente. Sua presença nos livros didáticos, ferramenta de formação de crianças, jovens e professores, não é um resquício inocente de ideias ultrapassadas, mas uma armadilha para qualquer projeto sério de emancipação do Patriarcado, travestida de “protagonismo”, como bem demanda o discurso liberal vigente. (2021, p. 14)

Diante disso, ressaltamos que a educação no combate ao sexismo exige também que os/as professores/as abram espaços em suas aulas para o questionamento, reflexão e recriação dos sentidos, significados e interpretações que os livros didáticos conferem às identidades e relações de gênero na “pré-histó-

ria”. A erradicação dos sentidos que naturalizam as desigualdades entre homens e mulheres só se torna possível na medida em que expomos o seu caráter histórico, desvelando seus processos e mecanismos de construção e funcionamento social. O ensino de História pode assim assumir um papel transformador – desnaturalizador e desessencializador do gênero – ao expor a historicidade constitutiva das formas de ver, interpretar e tratar os corpos e as relações sexuais, permitindo a “desconstrução” de representações sexistas profundamente arraigadas em nossa cultura e que se colocam também como obstáculos no combate à violência contra mulheres e pessoas LGBTQIA+. Ao reconhecer e questionar as representações de gênero que circulam nas histórias difundidas nos livros didáticos e nas ciências, podemos também estimular os/as estudantes a pensar, problematizar, denunciar e combater os preconceitos, discriminações e violências de gênero no tempo presente.

Para o trabalho de “desconstrução” das representações de gênero tradicionalmente construídas sobre “pré-história”, apresentamos, portanto, outras evidências e representações históricas que, produzidas, especialmente, no campo da arqueologia de gênero, nos permitem ensinar “histórias do possível” sobre as mulheres e as relações de gênero na “pré-história”, com o intuito de revelar a historicidade do sexo/gênero e a pluralidade/descontinuidade das formas de subjetivação de homens e mulheres ao longo do tempo/espaço. Como bem argumenta Tania Navarro-Swain,

a história do possível é aquela do que aconteceu, deixou vestígios materiais e simbólicos, no entanto foi ignorada, foi considerada impossível. Os historiadores, enclausurados em um imaginário androcêntrico, não conseguem pensar e nem ver aquilo que se abre à pesquisa, um mundo onde o feminino atuava como sujeito político e de ação. Esta representação é muito assustadora para o sistema patriarcal, pois quebra a naturalização das relações de força e dominação estabelecida pelo masculino. [...] A história do possível é aquela que busca o desconhecido: nos milênios de existência humana, e a multiplicidade é premissa básica. O tempo é a matéria da história e sua característica principal é o dinamismo. (2014, p. 613)

Nessa perspectiva, as histórias do possível têm como premissa básica a inexistência de uma “natureza” que comandaria inexoravelmente as identidades e os relacionamentos entre homens e mulheres em diferentes tempos e espaços. Trata-se de histórias que desafiam e questionam também a hegemo-

nia de um ponto de vista branco, masculino, heteropatriarcal, eurocêntrico e cristão, que se impôs também nos currículos e livros didáticos de História. O ensino de histórias do possível pode assim colaborar na transformação das maneiras de ver, interpretar e tratar as desigualdades de gênero no tempo, permitindo aos/às professores/as e estudantes a recriação da História, a partir de questões colocadas no tempo presente. Assim, esperamos que este artigo possa também subsidiar os/as professores/as no trabalho didático de problematização e historicização das representações de gênero no ensino da “pré-história”, tendo em vista a reconstrução de narrativas históricas escolares a partir de outras fontes, saberes e chaves epistêmicas mais sintonizadas com as necessidades e expectativas de uma educação para a igualdade de gênero e a prevenção da violência contra as mulheres.

Este artigo está dividido em duas partes: na primeira, apresentamos uma análise discursiva das representações de gênero nas narrativas didáticas sobre a “Revolução Neolítica”, presentes no primeiro volume da coleção *Oficina da História* (CAMPOS, PINTO, CLARO, 2016); já na segunda e última parte, na “desconstrução” de narrativas que estabelecem “origens” e verdades universais sobre a sexualidade e as desigualdades de gênero na “pré-história”, apresentamos alguns estudos, debates, conhecimentos e evidências produzidas nos campos da arqueologia de gênero e dos estudos feministas que abrem caminhos para um ensino de histórias do possível sobre as mulheres e as relações de gênero na “pré-história”.

#### A “DOMESTICAÇÃO DO SER HUMANO” COMO CONTROLE DAS MULHERES E DA SEXUALIDADE

As narrativas didáticas selecionadas para análise das representações de gênero estão localizadas na segunda edição do volume um da coleção *Oficina da História* (CAMPOS, PINTO, CLARO, 2016), mais especificamente na segunda parte do Capítulo 1, “Nas fronteiras da Antiguidade”, intitulada “A Revolução Neolítica”. De acordo com o Manual do Professor, o objetivo desse capítulo é apresentar o “longo processo de hominização, definido como o conjunto de transformações anatômicas, fisiológicas, ecológicas e psicológicas que levaram à constituição da espécie humana”; para isso, “dialoga com a biologia, a antropologia e a sociologia”, oferecendo “os elementos conceituais fun-



damentais para a compreensão da dinâmica da vida coletiva dos seres humanos” (CAMPOS, PINTO, CLARO, 2016, p. 15). Introduzindo um conjunto de questões que visam elucidar a trajetória inicial da humanidade, esse capítulo elenca uma série de transformações biológicas que teriam originado o *Homo sapiens sapiens*. A narrativa didática intitulada “A domesticação do humano” tem como desdobramento o subtítulo “A divisão sexual do trabalho”. Trata-se de uma narrativa que lança os fundamentos universais da heteronormatividade na História e que por isso mesmo suscita-nos uma série de questionamentos. Assim diz o texto:

### A DOMESTICAÇÃO DO SER HUMANO

O novo tipo de produção favoreceu o aumento populacional provocado pela relativa fartura e regularidade de oferta de alimentos. A convivência de um número maior de seres humanos, no entanto, foi possibilitada por um longo processo de *domesticação dos instintos e da sexualidade*.

Os grupos humanos pré-agrícolas subdividiam-se sempre que havia crescimento do bando. A dispersão dos seus integrantes oferecia maiores condições para o sustento do grupo através da coleta e da caça, e também evitava a *disputa pelas mulheres* do bando, provocada pelos machos mais jovens em relação aos mais velhos.

A criação de *vínculos de solidariedade* mais permanentes ocorreu juntamente com a *regulamentação das relações sexuais*: proibições para parentes próximos (incesto) e definição do número de casamentos admitidos (poligamia).

Tais transformações revelam a *passagem do acasalamento natural e selvagem para a união social e cultural*. Ou seja, da fecundação realizada durante o período de cio das fêmeas, que podiam (e deviam) ser copuladas por vários machos, para a constituição de *regras e restrições para as práticas sexuais*.

No lugar das disputas violentas pelas fêmeas no bando e da expulsão dos filhos machos crescidos, as regulamentações estabeleceram proibições, rituais, privilégios e subordinações, contribuindo para a *ordenação da convivência* e para o *fortalecimento dos laços familiares*. No lugar da competição entre os machos, estabeleceram-se formas de *cooperação e a afirmação da autoridade masculina, como tendência geral*. No lugar de unidades familiares fechadas e isoladas, foram criados vínculos e alianças entre grupos diversos através da *circulação das mulheres*. (CAMPOS, PINTO, CLARO, 2016, p. 25, grifos nossos)

Nessa narrativa, a domesticação do ser humano nada mais é do que a domesticação dos instintos e da sexualidade, ou seja, o controle da sexualidade está na origem da família e da sociedade patriarcal, fundada na autoridade masculina. O fundamento do humano é a origem do patriarcado, baseado na autoridade masculina e no controle da heterossexualidade, com interdição ao incesto e à poligamia. A cooperação, a convivência e a família são valores intrinsecamente associados a essa autoridade masculina, numa espécie de pacto de poder entre os homens para o controle das disputas violentas pelas mulheres. Enquanto os homens emergem como sujeitos de autoridade e privilégios, as mulheres são objetificadas como corpos de desejo, posse, disputa, circulação e controle pelos homens, como seres passivos e disponíveis para a dominação sexual masculina naturalizada e descontrolada. Ao tratar tudo isso como uma “tendência geral”, sem a devida localização no tempo e espaço das evidências que sustentam essas afirmações, a narrativa reforça a universalidade do patriarcado, diminuindo e apagando o protagonismo das mulheres na História. A narrativa didática legítima, historicamente, as desigualdades de gênero, a heteronormatividade e a violência masculina sobre as mulheres como uma necessidade de ordenamento social e da família. Trata-se de representações históricas que subjetivam as masculinidades na autoridade e no controle das mulheres e da vida em família.

Dando continuidade ao sentido de “domesticação do ser humano” através da heteronormatividade e da dominação das mulheres pelos homens, o livro didático em questão se desdobra ainda no tema da “divisão sexual do trabalho”, onde apresenta a seguinte narrativa:

## A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Nesse novo contexto, intensificavam-se as diferenças entre os papéis desempenhados por homens e mulheres. Até então, os *homens encarregavam-se da caça e da fabricação de ferramentas, e as mulheres, da coleta e dos cuidados com os filhos*. Essa tendência foi incrementada com o estabelecimento *autoridade masculina* e com o desenvolvimento da agricultura.

A concentração dos conhecimentos teóricos e práticos relativos à *caça* e à *violência armada* contribuiu também para o exercício de uma primeira forma de dominação: o *controle sobre as mulheres*. Mas foi a construção social das

relações de *parentesco* e das *alianças masculinas* que definiu o *lugar das mulheres*. A partir de então, passaram a ser *objetos de troca e instrumentos da política e do poder simbólico dos homens*.

É por isso que, como tendência geral, ao mesmo tempo que se ampliava a divisão do trabalho, se construía a *valorização das atividades masculinas em relação às femininas*. A derrubada de árvores, a preparação da terra, o cuidado dos animais e a proteção do grupo cabiam aos homens. Tais práticas eram vistas, no Período Neolítico, como as mais importantes. Por seu lado, *as mulheres semeavam, colhiam, preparavam os alimentos, fiavam, teciam, fabricavam utensílios de cerâmica e, principalmente, cuidavam dos filhos*. Atividades consideradas necessárias, mas não tão decisivas quanto aquelas desempenhadas pelos homens.

Nessas comunidades primitivas, compostas já de várias famílias, a propriedade da terra era coletiva. Não havia ainda classes sociais, nem diferenças econômicas entre seus membros. As relações eram igualitárias. A produção de bens não era destinada à troca, e sim à subsistência de seus integrantes. A propriedade individual limitava-se aos bens de uso pessoal. O produto do esforço coletivo era dividido entre todos os integrantes desses grupos. As diferenças entre os membros da comunidade baseavam-se na capacidade militar, nas funções religiosas, na sabedoria ou no conhecimento. Ou, então, nos papéis definidos pela divisão sexual do trabalho. (CAMPOS, PINTO, CLARO, 2016, p. 25-26, grifos no original)

Partindo do princípio de que o gênero é uma maneira primária de constituição das relações de poder e dominação, a narrativa reifica as desigualdades entre homens e mulheres, enraizando seus fundamentos na origem da vida em sociedade e família, especialmente na origem do desenvolvimento econômico e político. O patriarcado emerge assim das “alianças masculinas” que definem o “lugar das mulheres” como “objetos de troca e instrumentos da política e do poder simbólico dos homens”. Novamente, reforça-se a objetificação das mulheres pelos homens, subjetivando-as como símbolos do poder masculino. Assim também, de maneira generalizada, a narrativa destaca apenas a importância e valor das atividades desempenhadas pelos homens, limitando e diminuindo novamente a importância das atividades desempenhadas pelas mulheres. A caça, a violência armada, a produção de ferramentas, o desenvolvimento da agricultura e o controle sobre as mulheres são associados à autoridade masculina, como forma de poder e dominação, enquanto a

maternidade e os cuidados domésticos aparecem como atividades necessárias, porém não tão “decisivas”.

Em uma narrativa anterior, sobre a caça e a coleta no período Paleolítico, o mesmo livro didático introduz a tese da complementaridade como aspecto constitutivo da divisão sexual do trabalho, tida como o princípio de distinção entre os humanos e os primatas. Assim está escrito:

Em geral, os homens dos bandos eram encarregados da caça e pesca, enquanto as mulheres cuidavam dos filhos e permaneciam nos acampamentos. Coletavam alimentos e protegiam as crianças e os mais velhos de ataques de animais e de outros bandos humanos. O regime alimentar humano implicou uma divisão de tarefas e de recursos e uma troca de provisões: proteínas animais (homens/caça) por proteínas vegetais (mulheres/coleta). Complementaridade, diferenciação e relações de poder entre os sexos derivam dessa grande distinção entre os seres humanos e os primatas. (CAMPOS, PINTO, CLARO, 2016, p. 21)

No livro didático, as narrativas sobre a “pré-história” das representações de gênero indicam, portanto, que tornar-se humano implica em adquirir papéis de gênero dentro de uma lógica binária, hierárquica e heterossexual que propicia o funcionamento e a reprodução da vida social. A teoria da divisão sexual do trabalho baseada na família nuclear burguesa/ocidental acaba assim produzindo seres com gênero e sociedades generificadas na História. O lar da família nuclear se projeta sobre o passado em narrativas históricas escolares que reduzem os homens ao papel de maridos e provedores “caçadores” enquanto as mulheres performam apenas no papel de esposas, mães, cuidadoras e “coletoras”.

É na “pré-história” que o livro didático apresenta os fundamentos de uma *gerização* do trabalho, naturalizando a associação dos homens com a caça, o que implica em maiores possibilidades de circulação em espaços públicos e exercício de força e habilidades físicas, enquanto as mulheres são subjetivadas como corpos de reprodução e de controle/poder masculino, na suposição de que seriam fisicamente mais frágeis, sedentárias e restritas ao ambiente doméstico em função da maternidade, ao se presumir que a maternidade lhes impõe uma mobilidade limitada, bem como a dependência de homens dominantes. Assim, reproduz-se a convicção rejeitada pelas feministas, ao menos desde Beauvoir: “a de que, para as mulheres, biologia é destino; elas nascem assim, não tornam-se assim, e nascem para papéis subordinados definidos por suas

capacidades reprodutivas em qualquer contexto social” (WYLIE apud KOIDE, TOLEDO, MARINI, 2014, p. 560). Apagam-se as possibilidades das mulheres terem exercido papéis mais ativos nos acontecimentos que, tradicionalmente, constituem as grandes transições culturais, como a Revolução do Neolítico ou a construção dos Estados.

Embora a maternidade seja apenas uma das possibilidades para as mulheres, ela ainda aparece como traço natural e distintivo do feminino nas narrativas do livro didático, limitando o destino das mulheres na História, já que sua atuação é retratada como dependente dos designios masculinos, apenas para dar-lhes uma descendência. A imagem das mulheres atrelada apenas à função reprodutiva de seus corpos é assim atualizada pelo conhecimento histórico escolar, que coloca também em funcionamento o “dispositivo materno” na subjetivação das mulheres como cuidadoras “natas” (ZANELLO, 2016, p. 113), apagando a multiplicidade identitária e de experiências das mulheres.

#### HISTÓRIAS DO POSSÍVEL NA DESCONSTRUÇÃO DA UNIVERSALIDADE DA “DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO”

Importante destacar que nos livros didáticos de História ainda é unânime a presença da divisão sexual do trabalho como característica da “pré-história”. Na análise de coleções de História destinadas aos Anos Finais do Ensino Fundamental, aprovadas no PNLD de 2014, Gabriela Celestino também observou que a temática da divisão sexual do trabalho nos períodos Paleolítico e Neolítico apresenta-se como regra geral de sociedades tidas como “primitivas”, “na qual cabe ao homem a caça e a pesca, e à mulher o cuidado dos filhos e de coleta, e, posteriormente com a sedentarização, a responsabilidade das tarefas da aldeia” (2016, p. 47). Assim, a divisão sexual do trabalho é apresentada como um padrão universal de organização social, enquanto dado natural da “evolução” dos seres humanos. Além disso, a pesquisadora destaca que nenhuma outra forma de organização social é abordada nessas coleções, o que denota a falta de reflexão e problematização desse tema. “Em nenhum caso se propõe uma reflexão sobre questões relativas à responsabilidade das tarefas domésticas e cuidado dos filhos nos dias atuais” (CELESTINO, 2016, p. 52).

Ao investigar a historicidade dessa representação da divisão sexual do trabalho sobre a “pré-história”, observamos que foi na década de 1920 que se

difundi a noção de que os primeiros hominídeos eram caçadores, mas só na década de 1960 é que a caça passou a ser vista como atividade essencial para a evolução da vida humana (RIBEIRO, 2017, p. 218). Nesse período, a teoria evolutiva focalizava exclusivamente os machos, presumindo que eles evoluíram na medida em que corriam atrás da caça, enquanto as fêmeas coletavam, pariam e cuidavam dos filhos. Como disse a historiadora e doutora em arqueologia Loredana Ribeiro, essa hipótese derivada dos estudos de primatologia que, desde a década de 1950, difundiam a ideia de que os babuínos das savanas eram populações de machos agressivos que competiam entre si e opriam as fêmeas (vistas como submissas), o que acabou por moldar “uma visão da ancestralidade humana” (2017, p. 218). Nesse sentido, a imagem “pré-histórica” de machos caçadores e fêmeas-mães coletoras serviu ainda aos processos de subjetivação dos homens na guerra como seres dominantes, agressivos e violentos. Como bem explica a autora,

um dos elementos que favorecia a aceitação e difusão do modelo do ‘macaco assassino’ no meio científico da época era o apelo que a ideia de sociedades ancestrais agressivas, combativas e dominadas por machos tinha para os públicos do segundo pós-guerra e Guerra Fria: o modelo explicava a guerra, a violência e a agressão masculina. (RIBEIRO, 2017, p. 218)

Devemos ressaltar que não há indícios históricos suficientes da “pré-história” que fundamentem essa concepção generalizada acerca da divisão sexual do trabalho em tempos “pré-históricos”. Como bem disse Alison Wylie, uma filósofa da ciência que trata de questões epistemológicas na arqueologia,

não se pode perguntar diretamente aos sujeitos como é o mundo a partir da perspectiva deles, enquanto seres dotados de gênero, e tampouco se pode presumir que seus sistemas de sexo/gênero sejam parecidos com aqueles aos quais estamos familiarizados. O que uma perspectiva feminista pode trazer é apenas uma consciência dessa contingência – um cuidado em não presumir que normas patentemente etnocêntricas e anacrônicas de sexo/gênero possam ser projetadas no passado. (apud KOIDE, TOLEDO, MARINI, 2014, p. 569)

Na desconstrução de narrativas históricas escolares que reafirmam a universalidade da divisão sexual do trabalho na “pré-história”, a arqueologia de

gênero tem o potencial de nos ajudar a desafiar os enunciados que tratam as subjetividades e relações de gênero como aspectos históricos invariáveis, como determinados biologicamente.<sup>9</sup>

Antes, porém, devemos esclarecer que essa “desconstrução” não deve implicar na afirmação de outra hipótese problemática, a da existência de uma etapa matriarcal que, ainda mais remota e primitiva, teria antecedido o patriarcado, como fizeram alguns estudos feministas marxistas, baseando-se, especialmente, nas teorias de Friedrich Engels em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). Ao estender a filosofia marxista à pré-história social e analisar a formação e a institucionalização da família, tais estudos consideram o modo de produção material e econômico como fator principal no condicionamento do desenvolvimento das sociedades e das instituições sociais (OLIVEIRA, 2012, p. 168-169). As narrativas marxistas que opõem matriarcado/patriarcado na História, como relações invertidas de poder, acabam também por excluir as possibilidades de estruturas políticas desvinculadas do sistema sexo/gênero (OLIVEIRA, 2012, p. 207).<sup>10</sup> As teorias em torno de matriarcados “pré-históricos”, imbuídas de pressupostos deterministas e essencialistas, apenas reforçam a concepção de que o poder das mulheres só poderia ser derivado da capacidade procriadora de seus corpos e de uma suposta ignorância, irracionalidade e promiscuidade de tempos remotos e primitivos.<sup>11</sup>

Desde o início dos anos 1990, a arqueologia de gênero vem apontando as implicações e o caráter político de concepções arqueológicas que, há muito tempo, participam dos processos de naturalização das normas opressivas de gênero. Assim, na produção de contra narrativas disruptivas sobre o gênero, as perspectivas feministas introduzidas no campo da arqueologia trazem críticas importantes às concepções “bioessentialistas sobre a natureza binária e imutável das categorias de gênero” (WYLIE apud KOIDE, TOLEDO, MARINI, 2014, p. 569).

Já na década de 1970, Adrienne Zihlman difundiu uma teoria contrária à ideia de “homem caçador” e “mulher coletora” da “pré-história”. Com base em pesquisas de genética e estudos de primatas, desenvolvidos na antropologia biológica e na arqueologia do final dos anos de 1960, delineou uma interpretação da evolução humana a partir do ponto de vista das fêmeas, defendendo que a coleta de alimentos, ao invés da caça realizada pelos homens, era o que

garantia a base da alimentação dos grupos. Desse modo, retirava as mulheres “pré-históricas” da invisibilidade, destacando o papel ativo que elas desempenharam na vida social.

No lugar dos babuínos agressivos do modelo do macaco assassino, Zihlman usava o comportamento dos chimpanzés, o primata mais próximo do ponto de vista genético, como base para pensar um antepassado pré-hominídeo. A teoria da coleta enfatiza uma continuidade, no lugar de ruptura, entre os primeiros homínídeos e os primatas ancestrais na dieta onívora, no uso de instrumentos, no compartilhamento de comida e na flexibilidade de composição dos grupos. A teoria defendia uma introdução bem posterior da caça, indicada por distinguíveis instrumentos de caça do Pleistoceno médio. Até então, o que haveria na linhagem evolutiva humana seriam evidências de consumo de carne, mas não de caça. (RIBEIRO, 2017, p. 220)

Já nos anos 1990, os estudos no campo da arqueologia de gênero trazem ainda mais evidências que possibilitam a desconstrução de uma história tradicional e evolutiva firmada no paradigma do “homem caçador”. Como exemplo, os estudos de Denise Donlon (1993) sobre os vestígios ósseos australianos, revelam que a

proporção entre os sexos havia sido radicalmente distorcida para a direção dos homens. Depois de propor e discutir várias explicações para isso, Donlon sugeriu a possibilidade de que ao menos alguns esqueletos de mulheres estariam sendo erroneamente classificados como masculinos devido à robustez dos grupos musculares. Isso porque as atribuições de sexo biológico dependiam de modelos convencionais de dimorfismo sexual, que presumiam as divisões europeias genericadas de trabalho, ignorando o fato de que isso era muito menos marcado nas comunidades aborígenes. (WYLIE apud KOIDE, TOLEDO, MARINI, 2014, p. 560)

Em 1997, Sarah Nelson apresentou um grande panorama de pesquisas no campo da arqueologia de gênero, listando uma variedade de contextos que mostram evidências de que as mulheres desempenharam papéis públicos, econômicos e de poder, comandando, negociando, curando ou guerreando, em espaços tipicamente presumidos como lugares de atuação masculina na



História (apud KOIDE, TOLEDO, MARINI, 2014, p. 561). Esses estudos, de acordo com Alison Wylie, não demonstram apenas que as atividades das

mulheres no passado não necessariamente se conforma às expectativas correntes, mas que deveríamos reavaliar as categorias dicotômicas de gênero. Os modelos convencionais de divisões de trabalho e de esferas baseados em gênero – colheita vs caça, doméstico vs público, por exemplo – não se sustentam etnograficamente, e não são de maneira alguma adequados às pesquisas arqueológicas. Uma vez que aceitamos esse ponto, torna-se possível reconhecer evidências de relações de gênero bastante complexas, às vezes fluidas, a partir de estudos culturais arqueológicos. (WYLIE apud KOIDE, TOLEDO, MARINI, 2014, p. 561)

Em 1975, a antropóloga Gayle Rubin escreveu “O tráfico de mulheres. Notas sobre a Economia política do sexo” (1993), um dos textos considerados clássicos dos estudos de gênero e sexualidade, onde já admitia que,

embora cada sociedade tenha algum tipo de divisão de tarefas por sexo, a atribuição de uma tarefa particular a um sexo ou a outro varia muito. Em alguns grupos, a agricultura é a tarefa das mulheres, em outros, é trabalho dos homens. Mulheres carregam os fardos mais pesados, em algumas sociedades, os homens, em outras. Há mesmo exemplos de mulheres caçadoras e guerreiras e de homens desempenhando tarefas de cuidados com os filhos. (1993, p. 11)

Ainda segundo a autora, a divisão sexual do trabalho cria um tabu que impede a igualdade entre homens e mulheres. Ao dividir os sexos em duas categorias opostas, esse tabu “exacerba as diferenças biológicas entre os sexos e, por isso, cria o gênero”; impedindo “outros arranjos sexuais que não aqueles contendo um homem e uma mulher, privilegiando, portanto, o casamento heterossexual” (RUBIN, 1993, p. 11). A manutenção dessas divisões acaba também por contribuir na naturalização e legitimação das estruturas de poder nas instituições modernas, identificando no passado instituições que são produtos de histórias particulares, socialmente construídas e que têm, portanto, relevância política no tempo presente (RIBEIRO, 2017; CONKEY, WILLIAMS, 1991).

Já em 2020, um estudo publicado na *Science Advance* (HAAS et al., 2020) revelou uma importante descoberta arqueológica que desafia a hipótese do homem-caçador. Escavações na montanha andina de Wilamaya Patjxa revela-

ram um enterro humano de 9.000 anos associado a um kit de ferramentas de caça de pontas de projéteis de pedra e ferramentas de processamento de animais. As análises indicam que esse caçador primitivo era uma mulher adulta jovem que subsistia de plantas e animais terrestres. Tais descobertas apontam para a possível existência de mulheres caçadoras-coletoras, indícios importantes de que o trabalho na “pré-história” não era definido pelo gênero. As repercussões dessa descoberta na mídia brasileira podem ser abordadas e discutidas também em sala de aula.<sup>12</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na reconstrução da evolução humana, o livro didático *Oficina da História* (CAMPOS, PINTO, CLARO, 2016) reforçava, portanto, representações tradicionais que criam uma rígida designação de papéis para homens e mulheres na vida social, ao impor o paradigma da moderna família burguesa sobre as sociedades “pré-históricas”, estabelecendo que os homens eram provedores e protetores de mulheres que pareciam indefesas e improdutivas. Ao interpe-lar meninas e mulheres, na leitura dessas narrativas didáticas, consideramos que essas representações de mulheres “pré-históricas” podem até mesmo constranger a sexualidade e comportamento reprodutivo das mulheres no tempo presente, desencadeando uma violência simbólica no ensino de História. Diante dessa construção sócio-histórica da maternidade, as mulheres que optam por não ter filhos podem ser questionadas e pressionadas socialmente a terem filhos.

Devemos ressaltar que as representações da divisão sexual do trabalho ainda estão presentes nos livros didáticos de História aprovados no PNL D de 2020. Como bem observou Lolita Guerra, em nove de onze livros didáticos voltados para o 6º ano do Ensino Fundamental e publicados em 2018, os capítulos e seções dedicados à “pré-história”, particularmente às sociedades paleolíticas, apresentam como eixo central a divisão sexual do trabalho. Como bem conclui a autora,

este tema costuma ser apresentado nos livros didáticos de maneira bastante convencional e sem referência a sítios e contextos arqueológicos específicos, o que permite seguir modelos problemáticos advindos das teorias sobre a evolução

humana, cujas bases arqueológicas são bastante frágeis, sem colocá-los em questão ou abri-los a outras possibilidades. [...] As formas de divisão sexual do trabalho apresentadas nos livros didáticos figuram enquanto “construções de gênero”, ou seja, ideias socialmente construídas sobre os papéis adequados a homens e mulheres (Scott, 1995, 76). [...] Por isso, as representações da divisão sexual do trabalho nos livros didáticos não constituem meras projeções teóricas, mas ferramentas pedagógicas passíveis de participação na legitimação ou na contestação das relações sociais de sexo, ou seja, em nossas percepções e ações perante o gênero. (GUERRA, 2021, p. 3)

As representações da divisão sexual do trabalho presentes em boa parte das narrativas dos livros didáticos sobre a “pré-história” tendem, portanto, a desconsiderar outras teses e indícios que ampliariam as possibilidades de atuação das mulheres no passado, revelando suas participações em atividades de caça em contextos paleolíticos que exigiriam mobilidade, sociabilidade e certa dose de risco (GUERRA, 2021, p. 8).

Como bem observou Michelle Rosaldo, “a busca por origens revela uma crença em verdades últimas e essenciais, uma crença sustentada em parte pela evidência transcultural da difundida desigualdade sexual” (1995, p. 17). Afinal, essa busca por origens permite pensar que o que “somos hoje é alguma coisa a mais (outra) do que o produto de nossa história e nosso mundo social presente, e, mais particularmente, que nossos sistemas de gênero são primordiais, trans-históricos e essencialmente imutáveis nas suas raízes” (ROSALDO, 1995, p. 17). As representações de gênero tradicionalmente construídas sobre a “pré-história” têm assim o potencial de estabelecer no tempo as “origens” e “raízes” universais da opressão e subordinação das mulheres aos homens, construindo e fixando em nossa memória uma herança heteropatriarcal que se impõe como fundamento da evolução humana e da organização social. Trata-se, portanto, de “narrativas fundadoras” que ressignificam o que veio antes e instituem outra memória, produzindo outros sentidos para as subjetividades e relações entre os sexos no passado, a partir das convenções de sexo-gênero do presente. Como bem assinala Guerra,

a ideia de que a moderna divisão sexual do trabalho tem origens na Pré-História gera uma continuidade ininterrupta entre passado e presente que pode sublimar as condições materiais sobre as quais ela se assenta hoje, naturalizando a

associação entre maternidade e imobilidade, domesticidade e isolamento. [...] A forma como representamos e pensamos sobre a Pré-História tem impactos diretos sobre nossas interpretações e ações no presente. (2021, p. 3)

No ensino de histórias do possível sobre as mulheres na “pré-história”, a desconstrução dessas “narrativas fundadoras” requer a consideração e o respeito à diversidade de significações humanas (em diferentes tempos e espaços) para o corpo, a maternidade, as subjetividades e as relações afetivo-sexuais, o que impõe o rompimento definitivo com representações históricas que ainda homogeneizam o humano em função da manutenção das desigualdades de gênero no tempo presente. Sobre isso podemos perguntar aos/às estudantes em sala de aula: a que interesses atendem esse tipo de narrativa que estabelece na “pré-história” uma origem universal das desigualdades e relações de gênero? Por que é conveniente enraizar essas desigualdades em tempos tão remotos? De que forma essas concepções históricas estão presentes no assujeitamento e violência contra as mulheres em nosso cotidiano?

Enfim, propomos problematizar as dimensões constitutivas das narrativas convencionais difundidas sobre a “pré-história” nos livros didáticos, compreendendo-as como formas de “representação do passado e apresentação do presente” (CAVALCANTI, 2020, p. 211). Como bem explica Cavalcanti,

a narrativa histórica, por mais que se encontre conectada à experiência representada, não estabelece, com esta, uma relação de causalidade ou determinação. A narrativa histórica não é determinada pelo fato narrado, ainda que não possa separar-se dele. [...] Entender a tessitura que constitui a narrativa histórica e em que ela se diferencia de outras narrativas não é uma questão retórica. Compreender seu processo de gestação não é uma questão de interesse gramatical. Problematizar a narrativa histórica não é uma questão de cunho semântico. É, pelo contrário, entender as relações políticas no campo das disputas discursivas sobre a pretensão da narrativa histórica em representar o passado. (2020, p. 2016-2018)

Em sala de aula, as discussões sobre gênero e sexualidade na “pré-história” suscitam, portanto, reflexões e questionamentos sobre a própria historicidade das narrativas e representações que circulam nos livros didáticos. Além disso, conhecer as mudanças nos estudos sobre a evolução humana, e especial-

mente as contribuições dos estudos de feministas e de gênero no campo da arqueologia, permite aos/às estudantes a compreensão da diversidade de narrativas sobre a “pré-história”, bem como o reconhecimento de interesses, valores, poderes e identidades do presente que se projetam nessas narrativas. Para não correr o risco de gerar nos/nas estudantes uma série de dúvidas paralisantes, a partir do reconhecimento das disputas de narrativas sobre o passado, é necessário, portanto, que perguntas adequadas sejam feitas em sala de aula mantendo o foco nas implicações das representações históricas nos processos de subjetivação e legitimação das desigualdades e violências de gênero no tempo presente.

O ensino de histórias do possível sobre as mulheres na “pré-história”, pode colaborar na transformação das formas de ver, pensar, interpretar e tratar o gênero, promovendo a necessária desnaturalização de práticas e concepções de sexo-gênero que tendem a manter as desigualdades de gênero que reduzem e inferiorizam as possibilidades de atuação das mulheres na história, restringindo-as à reprodução e maternidade. Por isso mesmo, são histórias sintonizadas também com as demandas dos movimentos feministas e de mulheres pelo direito ao passado e à diversidade feminina nos currículos, sobretudo, com as demandas por uma educação antissexista nas escolas brasileiras. Além de contribuir na crítica à normatização e aos modos de sujeição dos corpos na História, essas histórias trazem indícios de experiências que agem como linhas de fuga ou de resistência ao heteropatriarcado, conferindo visibilidade a outros modos de existência para mulheres no passado, como parte de uma tarefa urgente de educação para a igualdade de gênero.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Tradução de Nilcéia Valdati. *Outra Traveesia*, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005.
- BRASIL, MEC. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)* – Educação é a Base. Brasília: MEC, 2018.
- BRITO, Sabrina. O recém-descoberto papel das mulheres na pré-história. *Veja*. Brasil, 06/05/2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ciencia/o-recem-descoberto-papel-das-mulheres-na-pre-historia/>. Acesso em: 09 de mai. 2023.

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.
- BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Cadernos de leitura*, n. 78. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2018, p. 1-16.
- CAMPOS, Flávio de; PINTO, J. P.; CLARO, Regina. *Oficina de História*. 2ª ed., São Paulo: Leya, vol. 1., 2016.
- CARBINATTO, Bruno. Mulheres também caçavam na América pré-histórica, sugere estudo. *Super Interessante*. Brasil, 10/11/2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/mulheres-tambem-cacavam-na-america-pre-historica-sugere-estudo/>. Acesso em: 09 de mai. 2023.
- CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. História, narrativa e ensino: diálogos, limites e possibilidades de uma reflexão teórica. *História e Historiografia da Educação*, v. 4, 2020, p. 207-238.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 3, São Paulo, set./dez. 2004, p. 549-566.
- CONKEY, Margaret; WILLIAMS, Sarah. Original Narratives: The political economy of gender in archaeology. In: Di Leonardo, Micaela (Ed). *Gender at the Crossroads of Knowledge: Feminist Anthropology in the Postmodern Era*. Berkeley: University of California Press, 1991. p. 102-139.
- CESLESTINO, Gabriela Santetti. *Gênero em Livros Didáticos de História aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2014)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.
- CRiado, Miguel Ángel. A caçadora que reescreveu a pré-história. *El País*. Brasil, 14/11/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-11-14/a-cacadora-que-reescreveu-a-pre-historia.html>. Acesso em: 09 de mai. 2023.
- DERRIDA, Jacques. *Papel-máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- DONLON, Denise. Imbalance in the sex ratio in collections of Australian aboriginal skeletal remains. In: Cros, H.; SMITH, L. *Women in archaeology: a feminist critique*. Canberra: The Australian National University, 1993. v. 23, p. 98-103.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. O retorno da moral. Barbedette, Gilles e Scala, André. Entrevista de Michel Foucault. Les Nouvelles, em 29/5/1984. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (Org.). Michel Foucault (1926-1984). *O Dossier: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora, 1984, pp. 128-138.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: P. Rabinow & H. Dreyfus. *Michel Fou-*

- cault, uma trajetória filosófica*: para além do estruturalismo e da hermenêutica (V. P. Carrero, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FUNARI, Pedro Paulo. A. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 65, n. 2, p. 23-25, jun. 2013.
- GUERRA, Lolita Guimarães. Mulheres na Pré-história dos livros didáticos: a divisão sexual do trabalho nas representações do paleolítico que se ensina. In: Associação Nacional de História (Anpuh). *Anais do 31º Simpósio Nacional de História*. Rio de Janeiro, 2021.
- HAAS, Randall; WATSON, James; BUONASERA, Tammy; SOUTHON, John; CHEN, Jennifer C.; NOE, Sarah; SMITH, Kevin; LLAVE, Carlos Viviano; EERKENS, Jellmer; PARKER, Glendon. Female hunters of the early Americas. *Science Advances*. Vol. 6, Issue 45 (2020).
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- KOIDE, Kelly; FERREIRA, Mariana; MARINI, Marisol. Arqueologia e a crítica feminista da ciência. Entrevista com Alison Wylie. *Scientiae Studia* [online]. 2014, v. 12, n. 3, p. 549-590.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ª ed., Campinas: Unicamp, 1992.
- NARRAVO-SWAIN, T. A desconstrução das evidências: perspectivas feministas e foucaultianas. In: SCAVONE, L.; ALVAREZ, M. C.; MISKOLCI, R. (Orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 2006, p. 119-137.
- NARRAVO-SWAIN, T. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (Orgs.). *Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014, p. 613-620.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia; ANDRADE, Juliana Alves; ARAGÃO, Luiz Adriano. O conceito de Pré-história nos livros didáticos de História no Brasil. *PerCursos*, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 277-302, set./dez. 2020.
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Memórias, subjetivação e educação no tempo presente: como as representações de violência sexual são abordadas nos livros didáticos de História?. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 466-502, 2019a.
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. *Por uma história do possível: representações das mulheres Incas nas crônicas e na historiografia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Violência contra as mulheres: cultura histórica, sub-

- jetivação e ensino de histórias do possível. In: SILVA, Edlene; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (Orgs.). *Gênero, Subjetivação e Perspectivas Feministas*. Brasília: Technopolitik, 2019b, p. 276-308.
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Violência contra mulheres nos livros didáticos de história (PNLD 2018). *Revista Estudos Feministas*, vol. 27, n. 2/3. Florianópolis: UFSC, p. 1-14, 2019c.
- OSSENBACH, Gabriela. Manuales escolares y patrimonio histórico-educativo. *Educación Siglo XXI*, Murcia, v. 28, n. 2, p. 115-132, 2010.
- RIBEIRO, Lorena. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n.1, p. 210-234, 2017.
- ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, v. 1, n. 1, 1995, p. 11-36.
- RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres*. Notas sobre a “Economia Política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.
- ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Org.). *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016, p. 103-122.

## NOTAS

<sup>1</sup> Usamos aqui o termo “pré-história” entre aspas por discordar da tradicional divisão do passado entre História e Pré-história que, pautada numa perspectiva moderna, cronológica e eurocêntrica, sugere que a História só começa com o surgimento da escrita. Esse termo, “[...] embora, remeta-nos diretamente a um debate do século XIX, cuja definição de história estava estreitamente ligada às populações que possuíam a escrita como código cultural, passará por ressignificações que precisam ser observadas” (OLIVEIRA, ANDRADE, ARAGÃO, 2020, p. 286). Para uma compressão dos debates e estudos sobre o uso desse termo, recomendamos a leitura do artigo de Oliveira, Andrade e Aragão (2020) sobre os sentidos atribuídos à palavra “pré-história” nos livros didáticos mais utilizados nas escolas públicas brasileiras. Estes autores notaram dois movimentos: “alteração semântica e ampliação do conceito. No primeiro movimento, encontram-se livros didáticos que estão em fase de transição, ou seja, livros que estão usando apenas o termo História ou períodos históricos”; no “segundo movimento, notam-se os livros didáticos que trazem o conceito expresso em suas páginas, justificando que se trata de uma periodização tradicional, mas identificam no termo e no uso da periodização algo atrasado e etnocêntrico” (OLIVEIRA, ANDRADE, ARAGÃO, 2020, p. 289).

<sup>2</sup> O gênero é aqui entendido como produto de várias tecnologias sociais “é tanto uma cons-



trução sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade” (LAURETIS, 1994, p. 212).

<sup>3</sup> As representações são aqui compreendidas como formas de produção de sentidos pela linguagem. Trata-se do modo como atribuímos sentidos às coisas, pelas “palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos” (HALL, 2016, p. 21).

<sup>4</sup> Como bem observou Foucault, a subjetivação é um “processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais exatamente de uma subjetividade, que evidentemente é uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si” (1984, p. 137), pois toda experiência que concretiza uma subjetividade envolve modos historicamente peculiares de se fazer a “experiência de si”. Para o autor, as relações de poder criam modos de subjetivação, mas também de resistência a esses processos, pois a vida é efeito de um campo de possibilidades marcado por jogos de verdade que potencializam determinadas maneiras de nos constituirmos como sujeitos. Desse modo, os sujeitos se inscrevem na trama histórica que lhes oferece as condições para a construção de si na vida social (FOUCAULT, 1995). A subjetividade possui historicidade, enquanto produção localizada no tempo e no espaço é marcada não só pelos saberes disponíveis que tendem a objetificar o que somos, fruto das formas de dominação de cada época, mas também por práticas de resistência específicas a esses processos.

<sup>5</sup> Em 2015, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), boa parte das redações sobre o tema “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, classificadas com nota máxima, revela essa aprendizagem histórica da desigualdade de gênero como um padrão contínuo e universal ao longo do tempo e espaço, sempre pautado no binarismo hierárquico (masculino/feminino) que “subsiste ao tempo e comanda os destinos da humanidade” (OLIVEIRA, 2019b, p. 276-279).

<sup>6</sup> A primeira edição, publicada em 2013 e aprovada no PNLD de 2015, contou com a autoria apenas de Flávio Campos e Regina Claro.

<sup>7</sup> Cf. Leis n. 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas de educação básica.

<sup>8</sup> No que se refere à contribuição na “formação cidadã”, a Guia digital do PNLD de 2018 apresentava a seguinte análise da coleção *Oficina de História*: “Na formação cidadã, abarca-se a discussão sobre relações de gênero e étnico-raciais, na perspectiva de questionamento dos discursos de intolerância e na afirmação da diversidade cultural. Incorpora conteúdos atitudinais que promovem o respeito e a tolerância religiosa. Nota-se o cuidado na abordagem do papel das mulheres em diferentes contextos históricos, das questões de gênero e das transformações na família. Trata-se, ainda, de como o consumo irresponsável e a construção de padrões estéticos podem fomentar preconceitos e violências práticas e simbólicas na sociedade contemporânea. [...] Na obra, historiciza-se de forma potencial o processo de construção das noções de democracia e de cidadania em diversos contextos, entendendo

que seus limites, problemas, avanços e retrocessos, são construções sociais e resultado de lutas e reivindicações de diferentes sujeitos e grupos, em tempos e sociedades distintos. Incentiva o combate à violência de gênero e ao racismo” (Cf. <https://www.fn.de.gov.br/pnld-2018/>. Grifos no original).

<sup>9</sup> De acordo com Pedro Paulo Funari, a “arqueologia tem passado, nas últimas décadas, por grandes mudanças epistemológicas e, por consequência, em seus aspectos sociais. Disciplina surgida no auge do nacionalismo e do imperialismo, como parte da conquista militar e espiritual do mundo, a arqueologia esteve, por muito tempo, ligada às mais reacionárias e conservadoras posições sociais e políticas, a serviço, muitas vezes, da opressão de indígenas, mulheres, pobres, minorias diversas e mesmo maiorias variadas. A arqueologia, contudo, passou por modificações profundas devido, em grande parte, aos movimentos sociais e às transformações políticas desde, ao menos, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na esteira do feminismo, das lutas sociais diversas pelos direitos civis, contra o colonialismo e pela diversidade étnica, religiosa e sexual, a disciplina não deixou de responder aos novos tempos” (2013, p. 23).

<sup>10</sup> Como exemplo, as crônicas coloniais e a historiografia contemporânea permitem romper com as ideias universalizantes de patriarcado e matriarcado na história dos Incas, ao revelar que o poder e a sacralidade das mulheres Incas estiveram associados às suas posições nas múltiplas relações de parentesco e às suas habilidades guerreiras, estrategistas, curativas, agricultoras, comunicativas, intelectuais e políticas; ou seja, que a atuação dessas mulheres não esteve marcada pela típica divisão sexual do trabalho que reduz as mulheres à maternidade e às atividades domésticas, como presumem as teorias evolucionistas (OLIVEIRA, 2012, p. 220).

<sup>11</sup> Autores como “Morgan [1877] e Bachofen [1861] já haviam afirmado que a ignorância e a promiscuidade sexual foram os responsáveis por um estágio matriarcal da humanidade, e que a partir do momento em que se instalam as proibições sexuais se inicia o patriarcado: a ordem do pai ligada à cultura, à razão, à civilização e ao progresso” (OLIVEIRA, 2012, p. 159).

<sup>12</sup> Em matéria intitulada “A caçadora que reescreveu a pré-história”, o El País, afirma que “Vários estudos mostram que as mulheres intervínham em atividades atribuídas aos homens até agora, mas também exerciam outras específicas. [...] A descoberta dos restos mortais de uma mulher de 8.000 anos atrás com um arsenal para caçar causou uma reviravolta na arqueologia. O fato de uma garota de 17 a 19 anos caçar grandes animais com lanças (venábulo) nos Andes americanos questiona a imagem de que a caça era coisa de homens, enquanto as mulheres se encarregavam de limpar e preparar as peças. Outros trabalhos recentes mostram que essa suposta divisão de tarefas não era tão universal nem tão antiga quanto se pensava. Muitos cientistas apontam que é um fenômeno mais recente [...]” (CRIADO, 2020. Grifos do original). A matéria intitulada “Mulheres também caçavam na América pré-histórica”, publicada no site da Super Interessante, afirmava que, segundo uma nova pesquisa, “Descoberta de esqueleto de uma caçadora com 9 mil anos revelou que a forma como pensamos os hábitos dos americanos pré-históricos é influenciada por papéis de gênero moderno (...). Há milhares de anos, a vida era difícil para os primeiros humanos

das Américas. Para sobreviver, as mulheres coletavam frutas e vegetais, enquanto os homens se arriscavam na caça de animais selvagens, usando apenas utensílios rústicos feitos de pedra. Pelo menos é isso que a maior parte dos historiadores e cientistas pensava até agora. [...] Os restos mortais de uma mulher que viveu há 9 mil anos no que hoje é o Peru, porém, colocam essa ideia em xeque. A moça foi enterrada na região dos Andes junto com vários equipamentos de caça, como pontas de lanças feitas de pedra – um ritual funerário típico de caçadores. A descoberta aparentemente atípica levou os pesquisadores responsáveis a mergulharem na literatura científica para procura casos semelhantes na arqueologia, e a conclusão da equipe é que mulheres caçadoras eram tão comuns na América pré-histórica quanto homens” (CARBINATTO, 2020. Grifos do original). Já a matéria intitulada “O recém-descoberto papel das mulheres na pré-história”, publicada em 2022 no site da revista *Veja* diz que, “O senso comum costuma retratar mulheres pré-históricas como mães e coletoras, enquanto homens ocupavam a posição de líderes e caçadores. Novas pesquisas, porém, indicam que essa simplificação da pré-história pode estar bem equivocada, e que mulheres tinham papéis muito mais proeminentes nessa época, inclusive como artistas e caçadoras. [...] VEJA conversou com Sophie Archambault de Beaune, professora da Universidade de Lyon e pesquisadora do laboratório Arqueologia e Ciências da Antiguidade de Nanterre. A especialista afirma que o retrato patriarcal que foi feito da pré-história precisa ser atualizado, dando à mulher seus devidos créditos e importância nesse contexto” (BRITO, 2022. Grifos do original).



Artigo submetido em 11 de maio de 2023.  
Aprovado em 11 de dezembro de 2023.